

Em pauta, possibilidade de construção em áreas de proteção

Assunto:

POLÍTICA URBANA



Em pauta, possibilidade construção em áreas de proteção (Foto: Mila Milowski)

Nesta quarta-feira (25/2), foram eleitos, na Câmara de BH, o presidente e o relator da Comissão Especial constituída para apreciar a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 7/2014, de autoria do Executivo, que propõe autorizar a construção de equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social em áreas de proteção, como parques e áreas verdes. A presidência ficará a cargo do vereador Professor Ronaldo Gontijo (PPS), e a relatoria será realizada por Silvinho Rezende (PT). Além dos dois parlamentares, também compõem o colegiado os vereadores Bruno Miranda (PDT), Elvis Côrtes (SD), Henrique Braga (PSDB), Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV) e Veré da Farmácia (PTdoB).

A proposta do Executivo é alterar o artigo nº 40 da Lei Orgânica de Belo Horizonte, que proíbe ao poder público construir edificações em parques, reservas ecológicas e espaços tombados, ressalvadas as construções necessárias à preservação desses espaços. Caso a mudança seja aprovada, ficaria permitida nesses locais a implantação de equipamentos como escolas e unidades de atenção saúde, por exemplo. Ainda de acordo com o texto, as construções deverão estar adequadas às condições físicas do terreno, com vistas a minimizar impactos ambientais. As edificações, além disso, não deverão ocupar mais do que 15% do terreno e só poderão ser instaladas após consulta à população diretamente afetada e obtenção de aprovação por órgão de controle ambiental em que tenha assento a sociedade civil.

Na justificativa da proposta, o prefeito Márcio Lacerda afirma que a iniciativa visa a ?otimizar a ocupação dos espaços públicos disponíveis (...) em prol do interesse da coletividade?, de modo a assegurar direitos fundamentais ?como o acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social, aproximando cada vez mais os serviços ofertados das residências dos munícipes, propiciando-lhes conforto e bem estar?. Segundo o governo, a medida seria ainda uma forma de fazer frente à escassez de áreas públicas e ao alto custo das desapropriações, em tempos de imóveis com preços valorizados.

Audiência Pública

Presidente da comissão criada para analisar a matéria, o vereador Professor Ronaldo Gontijo explicou que o colegiado vai propor a realização de uma audiência pública para discutir o tema. Segundo o vereador, ?em função da complexidade do assunto, que afeta diferentes setores da sociedade e mobiliza diferentes pontos de vista? o ideal seria discutir a pauta em profundidade, ouvindo moradores da cidade, organizações da sociedade civil e os demais interessados. A data para a reunião ainda será definida pela comissão.

Defensor da proposta de realização de audiência pública, o relator Silvinho Rezende afirmou que pretende dialogar com a população para elaborar o seu parecer. ?É um tema que mexe com a cidade. Vou discutir muito e realizar um estudo detalhado para encaminhar um parecer ao Plenário e contribuir para qualificar o projeto?.

Depois de concluído, o parecer do relator ficará disponível para os demais vereadores da Casa, que deverão decidir pela aprovação ou rejeição da proposta em Plenário em dois turnos.

Superintendência de Comunicação Institucional.

Data publicação:

Quarta-Feira, 25 Fevereiro, 2015 - 00:00
